

RESUMO

Depois de uma panorâmica geral sobre alguns indicadores caracterizantes da intervenção portuguesa na ajuda pública ao desenvolvimento, o artigo centra-se nas questões referentes à questões da educação. Realça o enquadramento feito pelo documento da estratégia para a educação, descreve a evolução registada para a política de bolsas assim como a estratégia definida para as questões da educação para o desenvolvimento. Como exemplo da real intervenção o documento apresenta ainda os elementos essenciais dos projectos financiados pelo IPAD.

A COOPERAÇÃO PORTUGUESA E A EDUCAÇÃO

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO/DESENVOLVIMENTO, ESTRATÉGIA, BOLSAS, APD

INTRODUÇÃO

Embora num contacto inicial os organizadores desta importante conferência nos tenham pedido uma abordagem centrada na nossa política de bolsas, que é, sem dúvida, uma questão da maior importância para nós, achámos que seria interessante aproveitar a oportunidade para, diante de académicos e especialistas, alargarmos a divulgação de alguns dos aspectos mais relevantes da nossa acção na área da educação em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

A COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Face ao ambiente de incerteza que marcou o início deste século, a Cimeira do Milénio (2000) tornou-se num marco fundamental e numa importante referência na cooperação para o desenvolvimento. Definiu um conjunto de objectivos e metas visionários, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que passaram a impulsionar e orientar os esforços colectivos no combate à pobreza e pelo desenvolvimento sustentado, não os deixando à deriva como parecia ser a tendência.

Enquanto parte integrante da política externa portuguesa, a política de cooperação no contexto internacional assume internamente uma relevância determinante para a definição dos princípios orientadores, valores e objectivos que a determinam. Deste modo, os Objectivos do Milénio, pontuados de emergências, não só passaram a integrar transversalmente a cooperação portuguesa, como têm tido ainda em conta todo um conjunto de obrigações com eles relacionados e decorrentes de um processo evolutivo que tem como referências principais a Declaração de Paris (2005) e a Agenda de Acção de Acra (2008). Simultaneamente, o acompanhamento feito pelo CAD/OCDE através da avaliação realizada ao nosso país, em 2006, e das correspondentes recomendações, forneceu referências qualitativas importantes que nos têm permitido modelar e aperfeiçoar o processo ao longo dos tempos. Aliás, durante o corrente ano a cooperação portuguesa será sujeita a nova avaliação do CAD/OCDE. Não obstante as medidas de controle do défice público e num esforço

permanente para encontrar categorias racionalizantes que melhorassem a qualidade da ajuda, a cooperação portuguesa fez um esforço financeiro no decurso de 2008 no total de 430 M€, superando os valores médios apresentados ao longo dos últimos quatro anos (300 M€). Assim, de acordo com este total, o rácio APD/RNB cifrou-se nos 0,27%, o que representou uma subida face aos últimos anos.

EVOLUÇÃO APD PORTUGUESA 2005-2008 (MILHARES DE EUROS)

Ano	APD	APD/RNB
2005	303.426	0,21
2006	315.774	0,21
2007	343.727	0,22
2008	429.956	0,27

Fonte: IPAD/DSP/DPP

APD BILATERAL E MULTILATERAL

A cooperação portuguesa canaliza a maior parte da sua ajuda externa pela via bilateral e geograficamente tem como destinatário principal o continente africano com os cinco PALOP, o que representa 66% do destino total da APD bilateral portuguesa, seguindo-se o continente asiático com 18%, onde Timor Leste é preponderante. A APD bilateral portuguesa atingiu 259 M€ em 2008, representando 60% do total da APD portuguesa. Entre 2005 e 2008 a APD bilateral atingiu, em média, os 57% do total da ajuda.

A cooperação multilateral encontra expressão principalmente na criação de *trust funds* portugueses junto do PNUD e da UNESCO, nas contribuições que efectua para as agências e programas das instituições internacionais, no acompanhamento de programas de assistência e no pagamento de contribuições voluntárias para diversas agências das Nações Unidas. As contribuições de Portugal pela via multilateral atingiram uma média de 43% da APD entre 2005 e 2008. Em 2008, a APD multilateral portuguesa registou claramente um acréscimo de 25 M€ face a 2007.

16

PRIORIDADES SECTORIAIS

Nos últimos anos, as prioridades sectoriais têm vindo a ser racionalizadas de acordo com dois critérios fundamentais: por um lado com as necessidades e prioridades dos países parceiros e, por outro, com as mais-valias específicas reconhecidas da cooperação portuguesa. De acordo com a classificação do CAD/OCDE, a concentração no agrupamento Infra-estruturas e Serviços Sociais é nota saliente da última década, sendo que dentro deste, os sectores com maior representatividade são a educação, que absorveu, nos últimos quatro anos, 62% em média da APD bilateral (50,4 milhões de euros em 2008). O segundo agrupamento sectorial de destino é tradicionalmente o das Infra-Estruturas e Serviços Económicos, onde aparece o apoio aos sectores dos Transportes, Comunicações, Bancos e Serviços Financeiros (12% para o período 2005-2008).

A COOPERAÇÃO PORTUGUESA E A EDUCAÇÃO

A educação, principalmente através das apostas no ensino secundário e no ensino superior, tem sido historicamente uma prioridade sectorial da cooperação portuguesa. A afinidade linguística e o assumir do português como língua oficial de cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e desde o ano 2000 também em Timor Leste, conduziu, naturalmente, a que a educação, senso lato, tenha sido desde sempre um vector essencial, se não mesmo caracterizador, da nossa intervenção, a qual valerá em média, para os quatro últimos anos, cerca de 52 milhões de euros por ano.

Se à educação adicionarmos a capacitação nas mais diferentes áreas e sectores de actividade, a abrangência da cooperação portuguesa neste sector será ainda muito mais ampla.

No que respeita à educação formal há que reconhecer uma visível evolução decorrente naturalmente do processo de desenvolvimento dos países parceiros. De uma fase inicial em que para além das diferentes respostas, um pouco a avulso, às capacitações solicitadas, era o envio dos professores para os sistemas escolares de alguns dos países que preenchia o essencial da acção, até à fase actual em que o que o objectivo passou a ser, independentemente das dificuldades, o fortalecimento dos sistemas de ensino, foi uma longa caminhada. Estamos, no entanto, conscientes que é um processo em evolução constante do qual não se podem dissociar avanços futuros na área das tecnologias da informação e comunicação. É difícil de prever até que ponto e em que medida a educação tangível virá a ser substituída pela educação *on line*.

17

ELEMENTOS ENQUADRADORES

Em 1999 apareceu o primeiro documento enquadrador da cooperação portuguesa, aprovado em Conselho de Ministros pela resolução nº 33/99, de 15 de Maio, intitulado “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”. Este documento veio estabelecer um conjunto de objectivos, identificando os instrumentos para os atingir, passando a constituir a referência de orientação política da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, nos planos político, económico e cultural, durante os XIII e XIV governos constitucionais. Em 24 de Novembro de 2005 o Conselho de Ministros aprovou novo documento, através da resolução nº 196, denominado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, o qual traduz, de certa forma, a fase de reestruturação das identidades individuais, em termos de países, e colectivas, em matéria de cooperação, procurando mobilizar tanto o campo político como o social para estas novas percepções do desenvolvimento. O facto de ele ter servido de orientação para os mandatos do anterior e actual governos, deu-lhe consistência e tornou a sua aplicação prática uma realidade.

Na operacionalização do documento da estratégia da cooperação portuguesa o IPAD deu corpo ao desenvolvimento de estratégias sectoriais de intervenção por forma a dar corpo a uma maior concertação e complementaridade entre os actores dos diferentes sectores.

O documento da estratégia da educação ainda não está concluído, tendo existido uma longa e profícua discussão entre os actores institucionais e da sociedade civil e espera-se que brevemente esteja disponível no sítio do IPAD.

Outro aspecto que a operacionalização da estratégia trouxe foi uma alteração quase radical para a nova política assumida para as bolsas, a qual tem sido uma das mais-valias da cooperação portuguesa ao longo da sua existência.

ESTRATÉGIA DA EDUCAÇÃO

Embora o documento possa ser em breve consultado, eu destacaria, até para vos incentivar a que o venham a fazer futuramente, os seguintes aspectos:

- Contribuir para o alargamento do acesso a uma educação de base universal, com equidade de género;
- Apoiar as reformas dos sistemas educativos melhorando a oferta de ensino/formação;
- Reforçar o papel de sistemas específicos de ensino, como sejam o ensino técnico e profissional e o ensino superior enquanto suportes para um desenvolvimento económico sustentado;
- Reforçar e consolidar o papel da língua portuguesa;
- Apoiar a formação e o aperfeiçoamento dos quadros docentes;
- Contribuir para o reforço institucional e a melhoria da gestão escolar em todos os níveis e sistemas de ensino;
- Aumentar os apoios materiais e explorar as potencialidades de utilização das novas tecnologias de informação e comunicação;
- Incentivar a criação de redes e a inovação dos métodos e práticas pedagógicas;
- Contribuir para a diversidade cultural nos programas e meios didácticos;
- Apoiar a criação de parcerias público-privadas e as actividades da sociedade civil, em prol do desenvolvimento dos sistemas educativos.

Estes objectivos deverão estar naturalmente identificados e adaptados às diferentes realidades de cada país receptor. Considerando que a educação é um processo contínuo de acesso ao conhecimento e à aquisição de competências, a cooperação portuguesa define seis áreas prioritárias de intervenção:

- i. Expansão do acesso à educação (em particular ao ensino básico);
- ii. Melhoria da qualidade da educação e dos sistemas de ensino;
- iii. Reforço e consolidação da língua portuguesa;
- iv. Apoio à formação e qualificação de quadros docentes;

- v. Reforço institucional e melhoria da gestão escolar;
- vi. Desenvolvimento das TIC e reforço dos apoios didácticos e pedagógicos.

Estas áreas de intervenção têm aplicação, sobretudo, nos contributos que deverão ser dados à escolaridade básica e, atendendo às mais-valias já referenciadas, deverão aplicar-se também ao ensino secundário e ao ensino superior. Uma ênfase especial será dada ao ensino técnico-profissional, enquanto instrumento fundamental para o desenvolvimento do sector produtivo dos países parceiros.

Em todos os sistemas, o ensino e a difusão da língua portuguesa constitui uma das áreas de intervenção prioritárias da cooperação portuguesa. Como língua de ensino, integra e serve de suporte aos *curricula* escolares dos PALOP e de Timor Leste, independentemente do contexto linguístico e cultural de cada um dos povos.

Uma outra área prioritária de intervenção relaciona-se com o apoio técnico ao reforço das capacidades institucionais dos Estados parceiros e à renovação da gestão escolar a fim de se poderem melhorar os sistemas educativos e responder de forma positiva às expectativas das populações.

Também para todos os sistemas e níveis de ensino/formação a expansão das tecnologias da informação e comunicação, bem como o reforço dos apoios didácticos e pedagógicos, serão instrumentos fundamentais para a concretização dos objectivos e finalidades da cooperação portuguesa.

Estas áreas consideradas prioritárias não deverão excluir outras se os países parceiros assim o entenderem e solicitarem.

19

POLÍTICA DE BOLSAS

Desde sempre que a valorização dos recursos humanos foi uma das prioridades da cooperação portuguesa e a atribuição de bolsas para estudar em Portugal uma das componentes essenciais dessa estratégia. As lições aprendidas levaram-nos nos últimos anos a evoluir para uma nova política nesta matéria.

Para a nova política muito contribuíram alguns dos resultados da avaliação feita à política de bolsas, onde um dos principais factores limitativos identificados foi o facto de o retorno dos alunos aos seus países ser difícil de quantificar, o que naturalmente, deixando de lado o aspecto sempre positivo da formação das pessoas, não fazia cumprir o principal objectivo das bolsas que era o de dotar o país receptor de pessoal qualificado nas áreas estratégicas para o seu desenvolvimento sustentável.

Nos últimos quinze anos os modelos político, económico e social dos países nossos parceiros bilaterais conheceu uma substancial modificação, e as necessidades e condições em matéria de recursos humanos acompanhou este percurso (recorde-se que até então o ensino universitário era disponível apenas em Angola e Moçambique, e com sérias limitações). Não só foram sendo criadas instituições locais de ensino de nível superior e universitário como o próprio sistema económico e social anterior foi sendo inovado e estruturado, surgindo um sector privado e empresarial capaz de assumir um papel dinamizador da sociedade.

Embora continuando a atribuir-lhe a máxima prioridade, a actual política visa, agora, fortalecer os sistemas nacionais de ensino superior através de variados mecanismos que acabam por ser complementares uns dos outros:

- Através de um maior envolvimento directo das universidades portuguesas na capacitação a todos os níveis dos países receptores;
- Na atribuição de um determinado número de bolsas internas (bolsas atribuídas nos países receptores da ajuda para os alunos estudarem no sistema nacional) aos alunos mais necessitados, em que a sua atribuição é determinada por um regulamento acordado entre os dois países;
- Aumentando o número de bolsas de pós-graduação em detrimento das de licenciatura (reduzindo o número de anos de estada em Portugal);
- Criando, para determinados casos, bolsas de profissionalização que ajudem a promover o regresso dos jovens licenciados aos seus países (os jovens arranjam uma empresa ou um serviço no seu país de origem e o IPAD garante mais um ano de bolsa agora no país de origem).

Como se pode ver pelo quadro, em 2008 a cooperação portuguesa suportou cerca de 730 bolsas. Pela primeira vez, ofereceu mais bolsas de pós-graduação – 179 (142 +37) – do que de licenciaturas (143). Registe-se ainda as 220 bolsas internas e as 188 militares que são suportadas pelo IPAD mas integralmente regulamentadas pela DGPDN (Direcção Geral da Política de Defesa Nacional).

Verifica-se assim uma revolução com os tempos passados em que chegaram a estar no sistema do ensino secundário português diferentes alunos dos PALOP, passando para uma situação em que praticamente havia só bolseiros licenciados para progressivamente termos atingido os números de hoje. Esta alteração reflecte-se também numa alteração significativa no número de bolsas atribuídas, que é hoje bastante menor do que há cinco anos atrás, mas em que o valor dispendido se mantém mais ou menos uniforme. No entanto, como o valor de uma bolsa de mestrado é praticamente o dobro da de licenciatura e a de doutoramento custa três vezes mais, os números de bolsas a atribuir têm-se vindo a reduzir.

BOLSAS

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Internas	Militares	Total
Angola	18	20	7	40	32	117
Cabo Verde	27	34	13	20	28	122
Guiné-Bissau	32	15	6	60	29	142
Moçambique	30	34	5	40	77	186
São Tomé	32	20	6	60	22	140
Timor	4	19				23
Total	143	142	37	220	188	730

Existem no entanto ainda outros aspectos dentro desta matéria que continuaremos a trabalhar para que o impacto pretendido pela política de bolsas venha a ter os efeitos por todos desejados.

Nesse sentido, desde sempre que a cooperação portuguesa, nomeadamente o IPAD, se tem esforçado para junto das autoridades receptoras fazer prevalecer o princípio de que os critérios de candidatura à atribuição das bolsas devem ser os dos melhores alunos e para as formações nas áreas que melhor se adequem às reais necessidades definidas pelos países para o seu desenvolvimento estratégico. Embora haja a registar grandes progressos nos últimos anos nesse aspecto, estamos convencidos que ainda muito poderá ser melhorado.

A mesma situação acontece nas pós-graduações, uma aposta firme que estamos a fazer, tentando sensibilizar os nossos parceiros para que as bolsas sejam preferencialmente dadas a quem já está dentro do sistema em cada país (público ou privado) por forma a potencializar a formação recebida no exterior. Até agora, só no caso de Timor é que tal tem acontecido, uma vez que as dez bolsas de mestrado anualmente atribuídas têm-no sido a professores da Universidade de Timor Leste.

Creio que o aumento das pós-graduações (reduzindo o tempo de permanência em Portugal), as escolhas das áreas adequadas para o desenvolvimento de cada país e o privilegiar os que já estão no sistema poderá ser uma via para melhorar o impacto da política de bolsas.

OUTROS PROJECTOS

21

No entanto, o reforço dos sistemas de educação não se esgota nas bolsas internas mas num número de projectos executados por diferentes parceiros institucionais ou da sociedade civil, e vão desde o ensino básico ao superior, passando naturalmente pelo técnico profissional e pelo ensino informal.

Para que possam ter acesso a tudo o que neste momento fazemos em termos de projectos de educação, apresentamos seguidamente os projectos que actualmente estão em funcionamento. Estando naturalmente à vossa disposição no IPAD toda a informação detalhada para aqueles que a pretenderem.

ANGOLA

SABER MAIS – Programa de apoio ao reforço do ensino secundário em Angola

O Programa *SABER MAIS* tem por objectivo reforçar o sector do ensino na República de Angola através da colocação de formadores/professores portugueses em instituições do ensino médio angolano com vista à formação de professores do ensino secundário daquele país.

A meta a atingir é a consolidação de uma rede sólida de formadores nacionais, que constituirão o corpo de especialistas responsável pelo futuro do sector do ensino secundário em Angola.

O enfoque centrar-se-á na formação em serviço, troca de melhores práticas, desenvolvimento curricular e avaliação, apoiados em novas tecnologias de informação.

O compromisso financeiro do IPAD é de €5.389.700,95.

Programa estruturante de qualidade e excelência da educação médica na Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto: Vector da promoção da saúde das populações em Angola

A cooperação entre a FMUP e a FMUAN vem no seguimento da assinatura de um Memorando de Entendimento entre as duas instituições.

O primeiro Plano de Intervenção (2005-2007) tinha como principal objectivo a promoção de um ensino de excelência no domínio das Ciências da Saúde bem como a promoção das condições do sistema de saúde angolano. Com a entrega do relatório final de avaliação e de propostas para o plano de desenvolvimento estratégico, finalizou-se o processo de avaliação da FMUAN, com base no qual aquela faculdade aprovou as linhas prioritárias e de execução imediata, uma proposta de reforma curricular bem como uma estratégia institucional de investigação científica, que são objecto do segundo Plano de Intervenção em vigor (2008-2010).

Este programa tem por objectivos promover a melhoria da qualidade e excelência dos processos da Educação e Formação Médica da FMUAN, tendo como grupo-alvo docentes e discentes da FMUAN. Mais especificamente pretende-se:

- Melhorar as competências académicas/científicas dos estudantes e docentes da FMUAN;
- Contribuir para a especialização/diferenciação dos estudantes de medicina em áreas prioritárias para o desenvolvimento socioeconómico do país.

22

Os principais resultados alcançados incluem a elaboração, discussão, aprovação e impressão dos documentos Perfil do Médico em Angola, Reforma Curricular do Curso de Medicina da FMUAN: *macro-curriculo* e do 1.º Guia Informativo da FMUAN, bem como a aprovação das Fichas das Unidades Curriculares do novo Curso de Mestrado Integrado em Medicina da FMUAN e a formação pedagógica para docentes da FMUAN.

O compromisso do IPAD para o 2.º Plano de Intervenção (2008/2010) é de €237.059,63.

CABO VERDE

Apoio ao ensino secundário de Cabo Verde

A intervenção da cooperação portuguesa no domínio do ensino secundário em Cabo Verde iniciou-se no ano lectivo de 1998/1999, com o objectivo de colmatar as insuficiências de professores qualificados do sistema de ensino daquele país, agravadas com o alargamento da escolaridade obrigatória então aprovado.

Desde esta data têm vindo a ser contratados professores portugueses, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1º do Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e Cabo Verde, para o exercício de funções docentes, quer na vertente geral, quer na vertente técnica do ensino secundário daquele país.

Cabo Verde apostou fortemente na formação e actualização dos seus professores, criando assim condições para a auto-sustentabilidade do seu sistema educativo e conseqüente diminuição da dependência de

recursos humanos exteriores. Em consequência, a necessidade de recorrer a professores portugueses para dar resposta às solicitações do sistema educativo tem vindo a decrescer ao longo dos anos.

No corrente ano lectivo de 2009/2010 apenas se encontram em Cabo Verde três docentes, os quais, muito para além da docência, têm desempenhado um papel importante no processo de revisão curricular em curso em Cabo Verde.

Apoio à Universidade de Cabo Verde

A Uni-CV, criada no final do ano de 2006, enfrenta como grande desafio o desenvolvimento, consolidação e credibilidade do ensino superior público em Cabo Verde, o que passa necessariamente pela realização de cursos de qualidade.

De entre os variados desafios e problemas com que se depara neste processo, salienta-se a importância:

- Do desenho curricular dos cursos, existentes e a criar, como meio de garantir a sua credibilidade e internacionalização. Ou seja, os planos de estudos dos cursos a ministrar na Uni-CV terão obrigatoriamente de ser estruturados atendendo aos conteúdos pedagógicos, às estratégias de ensino-aprendizagem e às orientações de Bolonha;
- Da capacitação institucional, em particular a nível da formação dos docentes e investigadores que são o garante das actividades de docência e investigação (a formação dos docentes a nível de pós-graduação é um dos indicadores mais utilizados pelas organizações internacionais para avaliar a qualidade deste nível de ensino).

23

Ora a realidade de Cabo Verde é, ainda, de escassez de recursos humanos altamente qualificados. Assim, para garantir a qualidade dos seus cursos, tem a Uni-CV recorrido a parcerias com universidades públicas portuguesas, as quais têm vindo a prestar apoio técnico, científico e pedagógico, assegurando com docentes dos seus quadros, quer tarefas de consultadoria, quer mesmo a regência de várias disciplinas.

O projecto de apoio à Uni-CV pretende assim contribuir para o desenvolvimento e consolidação do ensino superior público em Cabo Verde, assegurando a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação ministrados por aquela universidade, o que até à data se tem materializado em duas componentes complementares: mobilidade de docentes cooperantes das instituições de ensino superior em Portugal e assistência técnica para o desenho curricular dos cursos da Universidade de Cabo Verde.

Até à data:

- Terão sido apoiadas as licenciaturas de Engenharia Civil, Estatística, Geografia e Ordenamento do Território com recurso a professores portugueses;
- Terão sido concluídos os planos dos cursos de Estatística, Matemática, Engenharias, Ciências Económicas, Música, Filosofia e Biologia.

Este projecto tem vindo a ser financiado pelo IPAD, num montante anual de €50.000.

Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais

Este projecto surge após solicitação de apoio da Uni-CV ao CENTROP/ISA/UTL, no intuito de formar quadros superiores competentes para o exercício de diversas actividades no âmbito das Ciências Agrárias e dos Recursos Naturais. Apontou-se para o objectivo fundamental de proporcionar uma actualização e aprofundamento de conhecimentos que os munisse de instrumentos adequados para a docência, investigação e exercício de funções técnico-científicas a desenvolver no seu meio de trabalho.

Quais as vantagens que se procuravam com esta iniciativa:

- A possibilidade de se acertar um *currículo* devidamente adequado às reais necessidades da Uni-CV, pese embora discutido com o CENTROP/ISA/UTL;
- A vantagem da formação *in loco* de cerca de 30 técnicos que, após a conclusão da componente académica, desenvolveriam as suas dissertações em Cabo Verde e sobre temas importantes e estratégicos para o país;
- Apostar na redução da fuga de cérebros para países mais desenvolvidos, que acontece fortemente após períodos de formação no exterior;
- O facto de a Uni-CV poder contar com a experiência do corpo docente do ISA que, particularmente, desenvolve investigação e ensino tropical desde há cerca de um século.

24

Assim, estabeleceu-se uma parceria entre o IPAD, o CENTROP e a Uni-CV, para a realização deste Mestrado de Agronomia e Recursos Naturais em Cabo Verde, que visa o reforço do ensino superior agrário em Cabo Verde, através da formação e preparação de futuros docentes da Uni-CV.

As actividades lectivas deste Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais em Cabo Verde tiveram início no passado mês de Janeiro. Este projecto irá ser implementado até Fevereiro de 2011 e conta com o financiamento do IPAD, no montante total de 209.809,30€.

Mestrado de Matemática aplicada à Engenharia

O projecto para a implementação em Cabo Verde deste mestrado nasceu da parceria entre o IPAD, a Universidade de Aveiro e a Uni-CV. Visa melhorar as competências técnicas, científicas e académicas de licenciados em Engenharia cabo-verdianos, colmatando a carência de quadros superiores habilitados para poderem exercer, de forma sustentada, funções de docência na Uni-CV.

O modelo seguido por este mestrado definiu os seus aspectos didácticos e logísticos tendo por base os equipamentos disponíveis, em especial da área das tecnologias de informação e comunicação, de forma a adaptar-se ao nível de utilização de Cabo Verde.

Com este projecto pretende-se ultrapassar as limitações existentes em Cabo Verde em termos de:

- Capacidade das instituições nacionais de ensino superior na atribuição de graus académicos de pós-graduação reconhecidos internacionalmente;
- Condições logísticas e humanas que permitam a progressão na formação académica dos profissionais e docentes de nível superior.

As actividades lectivas do mestrado iniciaram-se em meados de 2007, com a frequência de quinze mestrandos. Esta primeira edição do Mestrado em Matemática aplicada às Engenharias irá concluir-se em 2010. Com um custo total estimado em €290.227, beneficiará do co-financiamento do IPAD num montante total de €248.403 (86%).

Mestrado em Electrónica e Telecomunicações, especialização em sistemas de informação

O projecto para a implementação em Cabo Verde deste mestrado teve igualmente origem na parceria entre o IPAD, a Universidade de Aveiro e a Uni-CV. Tem por objectivo aumentar o nível de qualificação e o número de técnicos superiores em Cabo Verde com formação especializada em tecnologias de sistemas de informação, com grande componente prática, alargando a base de recursos humanos académicos para a afirmação de uma universidade pública de qualidade no país.

O modelo deste mestrado, tal como o anterior, definiu os seus aspectos didácticos e logísticos tendo por base os equipamentos disponíveis, de forma a adaptar-se ao nível de utilização possível das tecnologias de informação e comunicação actuais e futuras de Cabo Verde. De salientar que as aquisições de equipamentos no âmbito deste projecto foram pensadas em articulação com o Mestrado de Matemática aplicada às Engenharias, a executar também pela Universidade de Aveiro, de forma a criar um Laboratório de Informática na Uni-CV, equipado com computadores, software e servidores de grande capacidade.

Está actualmente em curso aquela que é a segunda edição deste mestrado. As actividades lectivas desta segunda edição iniciaram-se em 2008 e irão terminar no decurso de 2010. Com um custo total estimado em €266.812, beneficiará do co-financiamento do IPAD num montante máximo de €204.261 (76%).

Assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito do ensino superior

Este projecto advém de um pedido expresso pelas autoridades cabo-verdianas, no sentido de a cooperação portuguesa apoiar uma missão de assessoria ao Gabinete do Ministro da Educação e à Direcção-Geral do Ensino Superior, por um período de seis meses, a ser prestada por especialista com experiência reconhecida nas áreas do planeamento, desenvolvimento, legislação e avaliação do ensino superior.

O objectivo deste projecto de assessoria é o desenvolvimento do quadro institucional e legal referente ao ensino superior em Cabo Verde, nomeadamente ao nível de:

- Regulamentação do ensino superior, o que inclui o apoio e o acompanhamento da elaboração e alteração de:
 - Lei de Bases do Sistema Educativo, no que se refere ao ensino superior;
 - Decreto-lei de graus académicos e diplomas (inclui sistema de créditos);
 - Preparação de decreto-lei de criação da agência de avaliação e configuração do modelo de avaliação;
 - Reconhecimento de qualificações: preparação de proposta de diploma legal e de definição de procedimentos.
 - Sistema de garantia da qualidade
 - A avaliação das instituições privadas que já produziram diplomados (Universidade Jean Piaget e Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça);
 - Concepção do sistema de garantia da qualidade;
 - Apoio à criação da Agência de Avaliação.
- Desenvolvimento da Direcção-Geral do Ensino Superior
 - Apoio à concepção da nova lei orgânica da Direcção-Geral do Ensino Superior;
 - Apoio ao desenvolvimento de procedimentos para acompanhamento do sistema de ensino superior;
 - Capacitação do pessoal da DGES.

26

Trata-se de um projecto de cooperação entre o IPAD, a Associação para o Desenvolvimento do IST e o Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde. Iniciado em 2009, prevê-se a sua conclusão no decurso de 2010. Conta com o apoio financeiro do IPAD no montante total de €69.657,90.

Ler Mais

O projecto *Ler Mais*, cuja concretização passa pela realização da Feira do Livro em Cabo Verde (dez edições a serem promovidas nas várias ilhas do arquipélago), tem por objectivo a difusão da língua e da cultura portuguesa através da disponibilização de livros e consequente promoção da leitura e do livro, colmatando as deficiências que a este nível ainda se verificam neste país.

Não obstante a língua portuguesa ser a língua oficial de Cabo Verde é, no quotidiano da população, utilizada como segunda língua, facto que se reflecte, sobretudo, nas dificuldades das crianças que, quando dão início ao seu percurso escolar, demonstram inúmeras dificuldades em relacionar-se com um idioma que, nas suas casas, praticamente não é utilizado.

GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau o IPAD reforçou o apoio à educação passando a abranger cinco áreas prioritárias:

- Formação científica e pedagógica inicial e contínua de professores;
- Formação em gestão e administração escolar para a qualidade do espaço educativo;
- Assistência técnica às reformas curriculares para reforço da contextualização e relevância do ensino;
- Assistência técnica à organização da educação de infância;
- Ensino superior.

O financiamento será o maior de sempre para três anos lectivos (2009-12), com uma programação de c. 7 M€ (5,5 M€ para PASEG II e *Djunta Mon*).

O IPAD assegura o financiamento de quatro projectos, abrangendo todos os níveis de ensino e ainda a alfabetização de adultos, com reforço do ensino básico e educação de infância:

- i. Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau - PASEG II (IPAD/ ESE-IPVC);
- ii. *Djunta Mon* (FEC);
- iii. Bambaram di Mindjer – Educação de Infância (FEC, em Bissau);
- iv. Faculdade de Direito de Bissau (FDUL).

27

No seu conjunto, os projectos em curso têm como beneficiários directos/ano:

- 122 educadores de infância em formação inicial e contínua;
- 358 professores do EB em formação em exercício nas escolas;
- 600 professores do ES em formação em exercício (c. 40% dos professores no ES – GIPASE, 2006);
- 55 metodólogos e orientadores de práticas pedagógicas;
- 30 inspectores formadores das DRE;
- 105 directores, subdirectores de escola e líderes de comités escolares comunitários;
- 34 Professores guineenses da FDB, com habilitações ao nível de mestre ou mestrandos.

E beneficiários indirectos/ ano:

- c. 630 crianças no ensino pré-escolar (intervenção iniciada neste ano lectivo);
- c. 30.000 crianças no ensino básico;
- c. 30.000 crianças no ensino secundário;
- 389 alunos da FDB.

Vejamos os projectos:

PASEG II

O PASEG II (IPAD/Fundo da Língua Portuguesa) pretende dar continuidade a iniciativas já lançadas no quadro do PASEG, iniciado em 2000, sistematizando e expandindo para o interior do país os Grupos de Acompanhamento Pedagógico (GAP) e Cursos de Aperfeiçoamento de Português (CAP) enquanto mecanismos inovadores de formação contínua de proximidade, nas escolas. Por outro lado, visa reforçar e orientar as acções, no âmbito do Plano Sectorial da Educação (PSE), em preparação pelo governo guineense, no que concerne à formação de professores, à revisão curricular e implementação do PSE e à promoção da educação de infância. Neste quadro, são objectivos específicos:

- Formação inicial de professores do ensino básico;
- Formação contínua de professores do ensino básico e secundário;
- Formação da direcção e gestão escolar;
- Formação de educadores de infância e apoio à reforma/estruturação do ensino pré-escolar;
- Alfabetização e escolarização de adultos;
- Assistência técnica à revisão curricular da formação inicial de professores e do ensino básico;
- Assistência técnica à reforma do sistema educativo (PSE).

28

Em simultâneo, a equipa do projecto tem procurado articular parcerias com a Escola Normal 17 de Fevereiro (escola superior de educação), INDE, UNESCO e UNICEF no quadro das actividades de formação contínua de professores, reformas curriculares da formação inicial de professores e ensino básico e revitalização das práticas pedagógicas – pretende-se estruturar uma rede de parceiros que possa participar activamente no planeamento e operacionalização da reforma a iniciar pelo Plano Sectorial da Educação e contribuir para a mudança efectiva do sistema educativo.

Djunta Mon – Ensino de qualidade em português

O projecto *Djunta Mon* (Fundo da Língua Portuguesa) dá continuidade a uma

intervenção iniciada em 2001 no ensino comunitário do interior da Guiné-Bissau (Bafatá, Cacheu, Tombali e Quínara), procurando contribuir para a capacitação de professores, directores de escola e representantes das associações comunitárias com vista à redução do abandono escolar, especialmente feminino, no ensino básico. Neste quadro, são objectivos específicos:

- Formação contínua de professores do ensino básico nas escolas comunitárias do interior;
- Formação da direcção e gestão escolar nas escolas comunitárias;
- Capacitação e acompanhamento das Equipas Técnicas Regionais (DRE) de inspectores formadores;
- Capacitação e sensibilização de dirigentes comunitários (associações locais, comités de gestão) para apoio ao funcionamento das escolas.

Justifica-se uma referência aos principais resultados alcançados no ciclo anterior do projecto, entre 2007 e 2009:

- 64 directores de escola, responsáveis de gestão e membros de associações de base comunitária receberam formação em gestão e administração;
- 68 professores receberam formação pedagógica em serviço durante dois anos lectivos, dos quais 52 formados com aproveitamento e pelo menos 75% de presenças em formação;
- 87% de assiduidade à actividade lectiva pelos professores acompanhados;
- + 27,5% de capacidade lectiva dos professores acompanhados (medido por um índice de capacidade lectiva);
- 2.318 alunos do ensino básico beneficiários indirectos;
- + 16,5% aproveitamento de alunas na disciplina de Língua Portuguesa;
- + 17% aproveitamento de alunas na disciplina de Matemática;
- - 63% abandono escolar de alunas na 3.ª classe;
- - 77% abandono escolar de alunos na 3.ª classe.

Bambaram di Mindjer – Formação de educadores de infância

Projecto de criação de um curso de formação inicial de educadores de infância, consolidação da estrutura de gestão escolar, com enfoque nas questões pedagógicas, e acesso a materiais lúdico-pedagógicos pelos profissionais e instituições acompanhados, visando o aumento do tempo de exposição das crianças à língua veicular de ensino, num contexto em que o português não é uma língua materna. O curso de educadores de infância iniciou no final de 2009.

Faculdade de Direito de Bissau

O apoio da cooperação portuguesa à Guiné-Bissau no domínio do ensino superior traduz-se no projecto de cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Faculdade de Direito de Bissau (FDB). Iniciou-se no ano lectivo 1990-91 com o objectivo de contribuir para a consolidação do Estado de Direito através da formação de juristas, de quadros especializados e de um corpo docente capaz de assumir cabalmente responsabilidades científicas e pedagógicas. Actualmente, a quase totalidade do corpo docente é guineense, com formação realizada em Portugal em cursos de mestrado e de doutoramento, no âmbito do contingente de bolsas concedidas pelo IPAD. Neste quadro, são objectivos específicos do projecto:

- Consolidação do Estado de Direito através da formação superior de juristas e quadros especializados;
- Consolidação do Estado de Direito através da criação de capacidade para emitir pareceres jurídicos independentes e da actividade do Centro de Apoio às Reformas Legislativas;
- Formação de um corpo docente guineense com autonomia científica e pedagógica.

MOÇAMBIQUE

Apoio ao ensino técnico-profissional

Este projecto teve início em 2001, então com a designação de Escolas de Artes e Ofícios, tendo por objectivo reestruturar e reactivar o ensino técnico-profissional em Moçambique de nível básico (8º, 9º e 10º anos), mediante a concepção de programas curriculares e materiais pedagógicos adaptados às especificidades de cada região, a formação de professores e directores das escolas, a reabilitação da rede de escolas e a sua coordenação técnica e pedagógica.

Em 2003 o governo moçambicano aprovou o diploma relativo ao novo modelo curricular e pedagógico, que criou os cursos técnico-profissionais e os respectivos planos curriculares, encontrando-se, presentemente, 27 escolas profissionais a funcionar com este modelo de ensino.

É objectivo do Ministério da Educação de Moçambique (ME/Moz) instalar pelo menos uma escola profissional por distrito, ou seja, um total de 99 escolas em todo o território.

Desde o início do projecto que mais de 800 agentes educativos, entre directores de escolas, professores e mestres, beneficiaram de acções de formação no âmbito deste projecto.

Face ao crescimento do número de escolas que aderiram ao ensino profissional e à sua dispersão por todas as províncias, houve necessidade de reorientar a intervenção do projecto no sentido de desconcentrar e descentralizar as competências de acompanhamento e supervisão das escolas profissionais.

A nova estratégia do projecto visa, então, criar capacidades ao nível das províncias (dois elementos por província) para supervisionarem as escolas e transmitirem aos professores dessas escolas as competências

técnico-pedagógicas específicas deste modelo de ensino. Subjacente à criação das ELIDEP – Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais – esteve a necessidade de criar, com recursos nacionais, capacidade de intervenção do ME/Moz a nível provincial.

Pensas@Moz – Plataforma de Ensino Assistido por Computador

O projecto teve início no final de 2005 e tem por objectivo desenvolver e promover o ensino da Matemática integrado com a prática do Português com recurso às novas tecnologias de informação (TIC) e ainda a formação de professores das escolas dinamizadoras que constituem a Rede Pensas – dez Centros, um por província, equipados com meios informáticos e multimédia ligados entre si via Internet.

O ensino da Matemática é feito com suporte em meios informáticos, utilizando software desenvolvido pela UA e com conteúdos adaptados à realidade e cultura moçambicana.

O projecto está instalado em todas as províncias, à excepção de Maputo, localizado em escolas e Institutos de Formação de Professores (IFP).

A consolidação e desenvolvimento do projecto conduziu à abertura de novas áreas de intervenção para além do ensino da Matemática como forma de dar resposta a necessidades expressas pelos professores e directores das escolas. Assim, foram introduzidos novos conteúdos, como o ensino da língua portuguesa e, mais recentemente, o ensino experimental das ciências.

Tendo em conta o número de professores envolvidos em 2009 nas acções de formação, dado que cada turma do ensino secundário tem em média 65 alunos e cada professor tem a seu cargo 5 turmas, estima-se uma média de 325 alunos beneficiários do projecto por professor (total de 47.450 alunos).

No que respeita aos IFP, calcula-se que cada turma tem em média 35 alunos e cada professor lecciona 2-3 turmas, obtendo-se uma média de cerca de 105 alunos beneficiários do projecto por professor (total de 5.145 alunos).

Tendo por objectivo rentabilizar a estrutura informática instalada e gerar receitas para se auto-sustentarem, alguns dos Centros da Rede Pensas têm vindo a organizar actividades formativas de formadores. Nesta perspectiva foram realizados nos Centros da Beira e Nampula os seguintes cursos:

- Contabilidade para não contabilistas – Beira e Nampula;
- Excel Avançado – Beira;
- Secretariado – Beira e Nampula;
- Látex (Processamento de texto científico) e QICONT (Quadros Interactivos e Conteúdos), no Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM).

Mestrado em Hidráulica e Recursos Hídricos na Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Este projecto visa a especialização de licenciados em Engenharia nos domínios da Hidráulica e Recursos Hídricos, procurando dar resposta ao aumento da procura de quadros qualificados no sector de águas.

Esse aumento da procura de quadros neste sector deriva do aumento dos investimentos públicos e privados no abastecimento de água em meio urbano e rural, saneamento urbano, irrigação, energia hidroeléctrica, em grandes e pequenas barragens.

Em 2009 surge a primeira edição deste mestrado, com cerca de 30 alunos inscritos, sendo um mestrado desta natureza uma forma de alargar a oferta formativa da UEM.

Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM)

O projecto tem por objectivo dotar Moçambique de um corpo docente para as áreas jurídicas, capaz de assumir todas as responsabilidades científicas e pedagógicas da Faculdade, enquanto escola de formação jurídica ao serviço de toda a comunidade. Beneficiam desta cooperação os pólos da FDUEM de Maputo e da Beira – Faculdade de Direito da Unizambeze, sucessora do Pólo da Beira da FDUEM .

Desde 2007 que o pólo de Maputo assegura por si a regência do grau de licenciatura. A cooperação entre a FDUL e a FDUEM centra-se, agora, no apoio à leccionação de pós-graduação, mestrado e doutoramento em Maputo e na Beira e no apoio à licenciatura em Direito, esperando-se que este pólo atinja a prazo o grau de autonomia do pólo de Maputo.

Em 2008 o número de alunos que beneficiaram directamente desta parceria corresponde ao seguinte:

	Doutoramento	Mestrado	Pós-graduação	Licenciatura	Total
N.º Alunos	15	44	34	523	616

Cooperação entre o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e a Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (FEUEM)

O projecto tem como objectivo central contribuir para a capacitação dos docentes da FEUEM, e assim melhorar a qualidade da formação dos seus alunos ao nível do ensino universitário pós-graduado, através da implementação dos mestrados em Economia do Desenvolvimento e em Gestão Empresarial.

Actualmente encontra-se a decorrer a segunda edição dos mestrados, esperando-se no final um total de cerca de 20 alunos graduados pelo mestrado de Economia de Desenvolvimento e 30 pelo mestrado de Gestão Empresarial.

FASE – Fundo de Apoio ao Sector da Educação

O FASE é um programa que procura a implementação da segunda fase do plano estratégico do Governo para o sector da educação (ESSP II).

O ESSP II estabelece a visão de Moçambique para o futuro do sistema

de educação, enfatizando o provimento da educação básica de qualidade para todos no contexto da criação de um sistema geral de educação equilibrada, e tem por objectivos:

- Construção de novas escolas e reabilitação de escolas existentes em estado degradado em todo o país;
- Aquisição e distribuição pelas escolas de mobiliário e equipamento administrativo e escolar;
- Formação de professores e alfabetização de adultos, bem como o pagamento de salários aos respectivos alfabetizadores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ESCOLA + (2009/2012)

Custo do projecto: €4.649.707,10 (financiado pelo FLP)

Promoção de reformas no ensino secundário, dinamizando a sua melhoria através de:

- Adaptação e diversificação dos *curricula*;
- Reforço das competências técnicas dos professores;
- Melhoria da capacidade de gestão escolar;
- Melhoria do parque escolar.
 - 8 escolas abrangidas;
 - 500 professores capacitados;
 - 5 novos cursos profissionais.

33

Apoio ao IDF – Instituto Diocesano de Formação (2009)

Custo do projecto: €137.348,74

No quadro do esforço pela melhoria da qualidade do ensino em São Tomé e Príncipe e da promoção da língua portuguesa, o projecto pretende:

- Proporcionar um ensino de qualidade;
- Facultar aos melhores alunos que terminem a 11.^a classe no Liceu Nacional a possibilidade de frequentar o 12.^o ano em STP;
- Contribuir para a formação de futuros quadros superiores.
 - 4 professores portugueses colocados;
 - 40 alunos apoiados;
 - 1 pavilhão recuperado.

Ler Mais (2010)

Custo do projecto: €110.419,36 (financiado pelo FLP)

Realização de uma Feira do Livro Português em S. Tomé e uma outra na ilha do Príncipe com o objectivo de disponibilizar bibliografia diversa a preços reduzidos, designadamente de cariz técnico e escolar, e de promover hábitos de leitura entre a população são-tomense.

- 1065 títulos disponibilizados (7700 livros).

TIMOR LESTE

Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa

O projecto é financiado pelo Fundo da Língua Portuguesa para o período compreendido entre Setembro de 2009 e Dezembro de 2011.

Tem por objectivo:

- i. O reforço da capacitação dos docentes timorenses dos vários graus de ensino em língua portuguesa tanto a nível científico, como pedagógico e didáctico;
- ii. O reforço da capacitação de futuros professores timorenses do ensino pré-primário e primário na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Nacional de Timor Leste (UNTL);
- iii. Capacitação em língua portuguesa de funcionários públicos, de funcionários de organismos internacionais, dos *media*, da população estudantil e da população em geral, isto é:
 - Promover uma linha orientadora de formação em português;
 - Contribuir para o desenvolvimento e qualificação do sistema de ensino;
 - Contribuir para a difusão da língua portuguesa.

34

A escolha da língua portuguesa como língua oficial, a par do tétum, utilizada e ensinada nas escolas actualmente do nível pré-primário ao 6º ano de escolaridade, atribui a Portugal uma evidente responsabilidade na prossecução dos esforços de reintrodução e consequente consolidação do português em Timor Leste, através de uma estratégia definida em conjunto com as autoridades timorenses, no seguimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e do documento estratégico de Timor Leste intitulado Política Nacional de Educação e Cultura - 2006/2010.

O projecto foi aprovado num montante de 14.260.473,04€, com as seguintes actividades:

- Cursos de formação em língua portuguesa para professores;
- Curso de bacharelato nocturno;
- Formação de formadores para o INFPC;
- Formação inicial de professores – UNTL;

- Cursos de língua portuguesa para os funcionários da Administração Pública;
- Apoio ao Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tíbar;
- Cursos livres de língua portuguesa;
- Cursos de formação de língua portuguesa para organizações internacionais;
- Apoio aos *media* – cursos de formação e actividades em língua portuguesa;
- Curso de educadores não formais;
- Dinamização de bibliotecas escolares e itinerantes;
- Dinamização do Projecto de Geminação Rostos de Esperança;
- Projecção de filmes;
- Actividades diversas (concursos, exposições, etc.).

Pela natureza dos seus objectivos, o projecto insere-se numa das áreas prioritárias de actuação da cooperação portuguesa com Timor Leste e também no sector CAD da educação. Neste sentido, a promoção da língua portuguesa é condição de base para o prosseguimento da estratégia global de intervenção, no cumprimento dos princípios orientadores da Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, em particular no que respeita ao Apoio à Lusofonia.

De salientar a forte aposta na formação inicial (novos professores) e na formação de educadores não formais (jovens que colaborarão com os docentes portugueses afectos ao projecto para identificar/dinamizar actividades de difusão da língua portuguesa com a comunidade), e no reforço do número de formadores no INFPC, de modo a dotar o projecto de uma capacidade geradora de recursos em prol da difusão da língua portuguesa, da capacitação técnico-científica e conseqüente sustentabilidade.

Com a colaboração da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESE-PP), encarregue da coordenação/supervisão científica e pedagógica do projecto, a estratégia foi revista e foram definidas orientações metodológicas, nomeadamente:

- elaboração de programas para as diferentes áreas de intervenção, de acordo com o público-alvo;
- definição de instrumentos e critérios de avaliação;
- formação e actualização dos docentes no domínio da linguística, literatura e didáctica;
- preparação de dossiês que traduzem o funcionamento dos cursos nas diferentes áreas, nas disciplinas leccionadas e nas actividades desenvolvidas.

Procedeu-se, ainda, à revisão, reorganização e elaboração de planos de estudo para a formação inicial (UNTL) e contínua de professores (INFCP), apresentando também um plano curricular destinado à formação de formadores, de modo a criar uma bolsa de formadores em diferentes áreas para o INFCP. Ainda ao nível da formação contínua de professores (curso de Bacharelato Nocturno), salienta-se, pela primeira vez, a realização de acompanhamento pedagógico aos professores timorenses, por parte dos nossos docentes.

No sentido de agilizar a interação e a comunicação entre os docentes, a coordenação geral e a coordenação/supervisão científica e pedagógica do projecto, foram constituídos grupos de coordenação intermédia.

FALAR PORTUGUÊS – Projecto de Apoio ao Ensino em Timor Leste (currículum do ensino pré-secundário)

O projecto tem por objectivo apoiar o Ministério da Educação de Timor Leste no desenvolvimento e implementação de um novo currículum do ensino básico, relevante e adequado, em particular para o 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos).

O projecto iniciou-se em Abril de 2009 e está a ser desenvolvido pela Universidade do Minho (UM) em parceria com a Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESE-PP), prevendo-se a sua conclusão em Junho de 2010.

O currículum do ensino pré-secundário é financiado pelo UNICEF. No entanto, uma vez que o orçamento apresentado excede em 125.843,50€ o financiamento do UNICEF, que é de apenas 323.076,92€, a verba remanescente foi submetida e aprovada pela Comissão Interministerial para o Fundo da Língua Portuguesa, em Maio de 2009.

A equipa é constituída por 18 elementos (11 da UM e 7 da ESSE-PP) e o trabalho será desenvolvido em quatro fases, tendo por base os princípios de cooperação, participação, motivação e confiança mútua, bem como metodologias de trabalho de estreita articulação entre os intervenientes. As quatro fases são:

- preparação do processo de desenvolvimento curricular de acordo com o novo sistema educativo;
- desenvolvimento do plano de estudos e dos materiais de ensino e aprendizagem relevantes para o 3º ciclo (Junho/Outubro de 2009);
- implementação da experiência piloto do currículum para o 3º ciclo (Janeiro/Fevereiro de 2010);
- revisão e finalização de todos os documentos do currículum para o 3º ciclo (Março/Junho de 2010).

FALAR PORTUGUÊS – Reestruturação curricular do ensino secundário geral em Timor Leste (currículum do ensino secundário)

O projecto tem por objectivo elaborar o currículum do ensino secundário geral e iniciou-se em 2009. Está a ser desenvolvido pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a Universidade de Aveiro, sendo o plano de trabalhos previsto o seguinte:

- missão técnica de reconhecimento (Julho de 2009);
- elaboração do plano curricular a adoptar no ensino secundário – via ensino (Fevereiro/Março de 2010);
- constituição das equipas disciplinares (Abril de 2010);
- elaboração dos programas e recursos didácticos por disciplina (2010/2012).

O financiamento do projecto está assegurado pelo Fundo da Língua Portuguesa, no montante de 1.196.694,53€.

MAIS PORTUGUÊS – Formação em língua portuguesa e instalação da Faculdade de Direito

O Programa de Apoio à Universidade Nacional de Timor Leste tem vindo a ser desenvolvido desde o ano lectivo 2001/2002, na sequência de um pedido formulado a Portugal pelas autoridades timorenses. O programa tem por objectivo a capacitação, em língua portuguesa, de funcionários e docentes da UNTL, bem como de futuros quadros timorenses, incluindo docentes do ensino superior, em língua portuguesa.

A cooperação portuguesa, por intermédio do IPAD, tem-se assumido como entidade financiadora de um programa elaborado e executado pela Fundação das Universidades Portuguesas, que se consubstanciou na implementação de seis cursos (Engenharia Electrotécnica, Engenharia Informática, Economia/Gestão, Ciências Agrárias, Ensino da Língua Portuguesa e Direito) cuja execução, incluindo a respectiva orçamentação foi, até 2008, da responsabilidade da FUP.

Após candidatura ao Fundo da Língua Portuguesa, o Projecto de Instalação da Faculdade de Direito da UNTL (FUP) e o Projecto de Formação em Língua Portuguesa (IC) passaram a ser financiados no âmbito do referido Fundo.

Relacionado ainda com a educação, foi ainda possível, num processo já internacionalmente reconhecido, obter e aprovar um documento estratégico para a Educação para o Desenvolvimento à qual, por lhe darmos muita importância, gostaria de dedicar a última parte da minha intervenção.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Embora o documento já esteja disponível no sítio do IPAD, e no intuito de informar os menos familiarizados com este assunto gostaria de realçar quatro aspectos sobre esta importante matéria:

Prioridade da Visão Estratégica e criação de linha de co-financiamento específica

Com a aprovação pelo Conselho de Ministros do documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação portuguesa*, a Educação para o Desenvolvimento foi, pela primeira vez, consagrada, de forma expressa, como uma prioridade sectorial. A Educação para o Desenvolvimento é aí definida como: “um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que

promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo activo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável”.

Ainda em 2005, o IPAD criou uma linha de co-financiamento para projectos de Educação para o Desenvolvimento exclusivamente vocacionada para ONGD (Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento – organizações reconhecidas pelo IPAD, nos termos da Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro). Refira-se que, entre a primeira edição (2005) e a quarta edição (2008) do processo de candidatura da linha, o IPAD apoiou 51 projectos de 21 ONGD, tendo aprovado um montante superior a 2,4 milhões de euros.

Dimensão europeia

Saliente-se ainda que o IPAD participou na preparação do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da educação e da sensibilização para as questões de desenvolvimento, apresentado publicamente em Novembro de 2007 durante os Dias Europeus do Desenvolvimento, que tiveram lugar em Lisboa, durante a presidência portuguesa do Conselho.

Portugal é membro da *Global Education Network Europe* (GENE). No quadro da GENE, realizou-se um intercâmbio entre Portugal e a Áustria, que culminou num seminário realizado em Lisboa, onde foi possível aprofundar o debate da temática da Educação para o Desenvolvimento e a discussão atinente à elaboração de uma estratégia neste domínio, tendo sido possível reunir, pela primeira vez, um conjunto de actores-chave.

Recentemente, o IPAD participou na conferência *Intercultural Dialogue in Development Education* (2008), organizada pela Plataforma de ONG da Eslovénia, na sequência das conferências de Bruxelas (2005) e de Helsínquia (2006), todas elas realizadas no âmbito das respectivas presidências do Conselho da União Europeia. No contexto da conferência realizada na Eslovénia, o IPAD teve a oportunidade de participar em mais uma reunião do *European Multi-Stakeholder Steering Group* em ED, entidade criada em 2006 que agrega representantes da Comissão, Parlamento e de várias organizações europeias, actualmente co-presidida pela CONCORD – Confederação Europeia de ONGD – e pelo IPAD.

Ao nível da União Europeia, a actividade do IPAD no domínio da Educação para o Desenvolvimento consubstancia-se no âmbito da representação nacional junto do comité *Development Cooperation Instrument – Non State Actors & Local Authorities in Development*. No quadro deste comité, o montante previsto no programa homónimo da comissão para apoio a projectos de Educação para o Desenvolvimento de organizações europeias ronda os 30 milhões de euros.

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)

Atendendo à importância da matéria, neste momento encontra-se em preparação uma estratégia nacional de Educação para o Desenvolvimento, que assenta numa metodologia participativa, permitindo a contribuição de vários actores relevantes neste domínio. O primeiro documento foi já

finalizado. O segundo documento da Estratégia, o Plano de Acção, encontra-se, presentemente, em fase de elaboração.

Em Novembro de 2009, foi aprovado o primeiro documento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), por despacho conjunto dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, dando seguimento aos compromissos assumidos por Portugal em diferentes processos internacionais de promoção da Educação para o Desenvolvimento (ED), designadamente no âmbito do Conselho da Europa, da GENE - *Global Education Network Europe*, do *MultiStakeholder Steering Group on Development Education*, da UE e do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD/OCDE). Trata-se de uma estratégia para cinco anos, composta por um documento de referência das prioridades e pelo respectivo plano de acção. A ENED foi elaborada através de um processo participativo em que estão envolvidas 16 organizações públicas e da sociedade civil e ainda a GENE. É de destacar o forte envolvimento neste processo da Plataforma Portuguesa das ONGD e do Ministério da Educação.

A ENED tem como objectivo global a promoção da cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a acção orientada para a transformação social.

Diga-se que a Estratégia inclui ainda um conjunto de objectivos específicos e de medidas em quatro áreas-chave, a saber:

- *Capacitação, diálogo e cooperação institucional* – promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto actores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional;
- *Educação formal* – promover a consolidação da ED no sector da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas;
- *Educação não formal* – promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa;
- *Sensibilização e influência política* – promover actividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre actores.

Educação para o Desenvolvimento como prioridade governamental

Finalmente, importa sublinhar que o Programa do XVIII Governo Constitucional (2009-2013) em vigor passou a reconhecer expressamente a ED como uma das prioridades no quadro da política de cooperação.